

SENTIDOS E POSSIBILIDADES SUBJETIVAS DO TEMPO LIVRE

Recebido em: 25/02/2008

Aceito em: 28/03/2008

*José Clerton de Oliveira Martins*¹

Universidade de Fortaleza

Fortaleza- CE - Brasil

RESUMO: O período Pós-Revolução Industrial foi marcado por uma profunda referência ao trabalho, tanto na estruturação social como na produção do sujeito moderno. Com a crise da sociedade centrada no trabalho, alguns valores e categorias são retomados e demandam uma nova caracterização. O domínio do trabalho na estruturação social passa a ser questionado e surgem idéias que colocam o tempo livre, o ócio e o lazer no papel de elementos estruturantes do novo contexto social. Antes de posicionar-se sobre essa passagem de domínio, o texto discute e reflete sobre tais categorias, abrindo uma possibilidade clara de sua territorialização no campo das ciências sociais, e, de forma especial, na sua contribuição a uma nova forma de produção subjetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Recreação. Lazer. Subjetividade.

SUBJECTIVE SENSES AND POSSIBILITIES OF THE FREE TIME

ABSTRACT: The period after the Industrial Revolution was marked by a deep reference to the work, such as in the social structure as in the production of the modern citizen. Because of the crisis of 'work-centered society', some values and categories are rescued and they demand a new characterization. The domain of the work in the social structure is questioned and some ideas arise, which place over the free time, the laze and leisure activities in the role of structure elements of the new social context. Before giving an opinion about this domain passage, the text argues and reflects on such categories, opening a clear possibility of its territorialization in the field of social sciences and, in a special way, in its contribution to a new form of subjective production.

KEYWORDS: Recreation. Leisure. Subjectivity.

¹ Doutor em Psicologia pela Universitat de Barcelona (Espanha). Pós-doutorado em *Leisure Studies* pela Universidad de Deusto (País Basco/Espanha). Professor Titular do Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza.

Introdução

O fator temporal passa por metamorfoses significativas, iniciadas no momento em que o homem resolve medir o tempo cotidiano e quantificar o tempo social na sociedade industrial, chegando à comercialização do próprio tempo, que se torna uma mercadoria e passa a ter valor econômico.

Nesse espaço, surge à pressa como um fenômeno típico da atualidade e como mola mestra para os avanços tecnológicos que fabricam equipamentos para se poder ganhar mais tempo.

Os telefones celulares, as novas tecnologias de comunicação, a internet, entre outros, são mecanismos que marcam essa busca incessante por mais tempo. É algo muito paradoxal, apressa-se tudo, cria-se instrumentos para se ganhar tempo, porém, termina-se por preencher esse tempo que se conseguiu com o apressamento de tudo, com mais atividades e afazeres.

No caos entre necessidades econômicas e existenciais, o homem contemporâneo se vê dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se dessas tarefas e, assim, poder usufruir de um tempo para si.

Por outro lado, sabe-se que todo processo de educação/orientação, elaborados pela sociedade moderna, gerou os valores da atual sociedade do consumo que não contemplam a educação/orientação para ser/existir num tempo de “nada fazer”.

Observa-se ainda, neste contexto, que o tempo na vida das pessoas organiza-se de acordo com padrões assimilados sobre como se deve dispor desse tempo para as diversas atividades, além de, como o sujeito valora o sentido do tempo para si. Dessa

maneira, as diferentes formas de sentir, pensar, agir e estabelecer o tempo seguem padrões culturais que se refletem na ação do sujeito.

Esclarece-se a afirmação anterior com o pensamento de Munné (1980) que apresenta quatro tipos fundamentais de tempo social: o primeiro é o **tempo psicobiológico**, que é ocupado e conduzido pelas necessidades psíquicas e biológicas elementares, o que engloba o tempo de sono, nutrição, atividade sexual, etc. Esse tempo se condiciona endogenamente e é um tempo individual.

A segunda tipologia seria o **tempo socioeconômico**, que diz respeito ao tempo empregado para suprir as necessidades econômicas fundamentais, constituídas pelas atividades laborais, atividades domésticas, pelos estudos, enfim, pelas demandas pessoais e coletivas, sendo que esse tipo de tempo está quase que inteiramente heterocondicionado, somente sendo autocondicionado nas circunstâncias que visam à realização pessoal.

A terceira tipologia seria o **tempo sociocultural**, sendo aquele dedicado à sociabilidade dos indivíduos, referindo-se aos compromissos resultantes dos sistemas de valores e pautas estabelecidos pela sociedade. Essa categoria de tempo pode ser tanto heterocondicionado, por elaborar-se de forma exterior ao sujeito, como autocondicionado, quando se elabora de forma mais intrínseca à sua vontade e autonomia, podendo existir um equilíbrio entre os dois pólos.

Finalmente, o autor apresenta a quarta categoria de tempo social que é o **tempo livre**, que se refere às ações humanas realizadas de forma mais autônoma. Nesta tipologia de tempo, o sujeito atua, ou deveria atuar, com percepção de fazer uso do tempo com total liberdade e de maneira criativa.

O tempo livre é entendido por Munnè (1980) como o tempo social livre de obrigações de qualquer ordem, com um máximo de autocondicionamento do tempo e mínimo de heterocondicionamento. Deveria ser aquele tempo social, em que o homem conduz com maior grau de autonomia a sua vida pessoal e social. No entanto, observa-se que seu uso orientado ao consumo esvaziado de sentidos subjetivos termina por deteriorá-lo, mercantilizá-lo, coisificando-o e empobrecendo-o de significados.

1. Sobre Ócio, Tempo Livre e Lazer

A compreensão do conceito de ócio surge na contemporaneidade um pouco obscura, devido à amplitude que o termo possibilita, de acordo com as realidades de abordagens e interesses intrínsecos.

Em nossas investigações encontram-se três termos que, de forma corrente, aparecem como sinônimos, inclusive muitas vezes, especialistas os utilizam como equivalentes. No entanto, sabe-se que tais termos possuem diferentes sentidos e, para seguir em frente, melhor esclarecer. Os termos são: lazer, ócio e tempo-livre.

No Brasil, no sentido amplo, as palavras ócio e lazer aparecem como semelhantes. O termo tempo livre também está carregado dos mesmos sentidos, embora fique evidente já nas primeiras aproximações, que o fenômeno lazer, acontece no tempo liberado ou livre sendo que este tempo, por tais adjetivos (livre e liberado), resguardam certa relação ao trabalho ou obrigações.

O termo lazer, desde a década de 60 do século XX, é utilizado de forma crescente, sendo associado a palavras como entretenimento, turismo, divertimento e recreação; porém o sentido do lazer é tão polêmico quanto à origem e o sentido do

termo ócio. Observa-se que a palavra lazer, no Brasil, resguarda seu conceito relacionado à sociologia do lazer de Dumazedier (1973, 1979), que levou à popularização da sua teoria dos três “D’s”.

De acordo com o referido autor, o lazer é exercido à margem das obrigações sociais e encontra-se submetido a um lugar de destaque, com funções de *descanso*, *desenvolvimento* da personalidade e *diversão*.

Desta forma, lazer adentra o pensamento acadêmico brasileiro a partir do pensamento da sociologia francesa. Percebe-se, observando a literatura existente, a influência de Dumazedier na elaboração deste conceito e decorrente disso, lazer passou a representar:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (REQUIXA, 1976, p. 33).

A palavra ócio, por outro lado, resguarda valores negativos apregoados pela influência religiosa cristã, pela própria história da industrialização e modernização brasileira, ao longo da qual se pode observar o surgimento de uma nova ordem entre empresários e empregados, operários e patrões; e a necessidade de controle social no tempo fora do trabalho para garantir a ordem numa sociedade elitista, herdeira de valores colonialistas e escravagistas.

Apesar do ócio representar uma categoria muito antiga, somente após a Revolução Industrial; com o surgimento do chamado tempo livre, que representa uma conquista da classe operária frente à exploração do capital; é que o fenômeno ócio foi evidenciado, ocorrendo à nítida separação entre tempo-espço de trabalho (*tempo* Licere, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago./2008

produtivo, tempo central e mais importante do indivíduo digno) e ócio (*atividades contrárias ao trabalho, tempo secundário, improdutivo*), enquanto que o tempo livre passou a ser compreendido como aquele destinado às atividades de lazer voltadas à reposição física e mental do sujeito trabalhador.

Estudos atuais evidenciam que os termos em questão; ócio, tempo livre e lazer, são muito diferentes pelo contexto de liberdade que invocam. No caso, tempo livre e lazer se apresentam na dinâmica social brasileira carregado dos valores do sistema econômico dominante, relacionando-se diretamente com tempo de reposição de energia para o trabalho. O ócio envolve um sentido de utopia por orientar a uma liberdade, supostamente longe de ser alcançada, haja vista, a própria dinâmica socioeconômica preponderante.

Novos investigadores surgem no Brasil aportando abordagens críticas aos estudos do lazer, explicitando a necessidade de visualização do fenômeno como fruto de um processo econômico social específico. Nesse sentido, ressalta-se o trabalho de Mascarenhas (2005), em que se encontram colocações como:

[...] sobre o que é o lazer, é comum ainda encontrarmos respostas que o associam à participação e ao desenvolvimento, dentre outras possibilidades que evidenciam seu potencial formativo, mas o fato é que tendencial e predominantemente o que ele constitui mesmo é uma mercadoria cada vez mais esvaziada de qualquer conteúdo verdadeiramente educativo, objeto, coisa, produto ou serviço em sintonia com a lógica hegemônica de desenvolvimento econômico, emprestando aparências e sensações que, involucralmente, incitam o frenesi consumista que embala o capitalismo avançado. [...] o que estamos querendo dizer é que num movimento como nunca antes se viu o lazer sucumbe de modo direto e irrestrito à venalidade universal. A mercadoria não é apenas uma exceção no mundo do lazer como antes, mas sim a regra quase geral que domina a cena histórica atual (MASCARENHAS, 2005, p.141).

No estudo de Mascarenhas (2005), encontramos referência à pesquisa de Marcassa² (2002) sobre a *invenção* do lazer no Brasil, onde a autora relaciona o fenômeno lazer com a internacionalização do capital,

[...] quando, em fins do século XIX, início do XX, o incipiente projeto de modernização e industrialização promove a supressão do trabalho compulsório, fincando bases sobre a exploração do trabalho livre. Vincula-se, além disso, ao impulso dado à urbanização das cidades e às iniciativas de racionalização da política. Associado à tradição colonial, o lazer vai sofrer todo o tipo de intervenção e controle, submetido a um tipo de condenação moral que buscava ajustar o antigo modo de vida às exigências da produção capitalista. Como esclarece a autora, o lazer constituía-se como expressão de uma ação deliberada de amoldamento da subjetividade proletária, um processo de institucionalização da vida cultural que atingiu em cheio a formação social dos trabalhadores na direção do aburguesamento da sociedade, banindo assim experiências não alinhadas à nova disciplina do trabalho (MARCASSA, 2002, citado por MASCARENHAS, 2005, p. 230-231).

Ao refletir sobre afirmações como as citadas acima, fica evidente o caráter disciplinador advindo dos valores sociais dominantes que refletem a centralidade do tempo de trabalho e o controle da vida social do sujeito comum, rumo a uma ordem social estratificada que orientou, dentro e fora das fábricas, conceitos e práticas que geraram preconceitos e equívocos.

Desta forma, talvez possamos inferir que a elaboração do pensamento brasileiro que gerou em nosso âmbito os conceitos ou compreensões de ócio, lazer e tempo livre, bem como as práticas destes no cotidiano social, estão contaminadas de valores que conclamam na contemporaneidade, revisões e novos vislumbres, motivo que fortalece a discussão acadêmica rumo ao revigoramento dos conceitos e suas aplicações.

² MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer**: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935). 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

O tempo não é apenas um construto elaborado socialmente. O tempo é uma categoria também da ordem do subjetivo, assim seus sentidos e significados são elaborados por quem o vivencia. Desta forma, uma experiência no tempo livre percebida na vivência subjetiva, pode representar uma experiência esvaziada, ou até mesmo, não significar descanso, desenvolvimento pessoal ou divertimento.

As experiências vivenciadas nos momentos de ócio ou lazer, desprovidas de qualquer valor subjetivo, conectadas apenas com a oferta da indústria cultural de entretenimento, não agem no sujeito como experiências transformadoras, portanto são experiências de um outro âmbito e ao final de sua duração restam apenas o cansaço e o tédio do qual se tentou fugir.

No final do século XX, nos anos 90, o termo “ócio criativo” torna-se comum no Brasil, fruto das publicações do sociólogo italiano Domenico de Masi. Este autor apregoava sua idéia de ócio criativo como um modelo a ser perseguido por pessoas e organizações, na busca de um modo de viver e trabalhar criativamente, a partir da redução do tempo de trabalho, descentralização da empresa enquanto lugar de trabalho e do surgimento de uma economia centrada no tempo livre.

Muito divulgadas e também muito criticadas, as idéias de De Masi (2000) refletem valores utilitaristas, muito comuns quando se pensa em ócio e tempo livre. Percebe-se que no foco central da idéia de ócio criativo, está o trabalho contaminado pelos valores do ócio, ou seja, descentraliza-se o local de trabalho que em geral é artificial, cheio de leis e códigos e outros elementos ambientais que em geral não contribuem para uma condição criativa e, como o foco do trabalho contemporâneo está na criatividade, propõe-se à transformação de espaços propícios para a criação em

espaços de trabalho. E assim, a casa, o atelier artístico, a rua, a praça, o café e os lugares de possíveis ócios, ou qualquer outro tempo/espaço de percepção de autonomia e liberdade pessoal, que impregnados de subjetividade e potencialmente, propensos ao surgimento de idéias originais, transformam-se em lugares de trabalho criativo.

Neste sentido, compreendemos quando Mascarenhas coloca que:

[...] De Masi não concebe o ócio criativo nem como compensação escapista às insatisfações do trabalho e nem como instrumento para a recuperação da força de trabalho, mas, sim, como o próprio trabalho, supostamente, colonizado pelo ócio, isto é, o trabalho criativo que, ao mesmo tempo, confunde-se e iguala-se ao ócio criativo (2005, p. 216).

2. Ócio a Partir da Experiência Subjetiva

O ócio constitui uma experiência gratuita, necessária e enriquecedora da natureza humana. No pensamento que convoca a subjetividade, o ócio tem relação com a vivência de situações e experiências prazerosas e satisfatórias, intrínsecas ao sentido atribuído por quem as experimenta.

Nesta perspectiva, identificamos em Cuenca duas possibilidades de visualização do fenômeno ócio:

[...] do ponto de vista objetivo, se confunde com o tempo dedicado a algo, com os recursos investidos ou, simplesmente, com as atividades. Do ponto de vista subjetivo, é especialmente importante considerar a satisfação que cada um percebe na experiência vivida (2003, p.15).

Desta forma, em termos subjetivos, o ócio está integrado à forma de ser de cada pessoa, sendo expressão de sua identidade, independente de atividades, do nível econômico ou da formação de quem o vivencia, mas resguarda relação ao sentido atribuído, conectando-se com o mundo da emotividade individual.

A subjetividade adquire assim, um papel importante nesse desafio de (re)significar e dar sentido a conceitos como o de ócio e tempo livre. Esse é também o momento da (re)configuração de uma série de conceitos que foram construídos ao longo da história social recente, e de retomada de outros praticamente abandonados.

Para se compreender o ócio, é necessário recuperar algumas informações sobre aspectos relacionados à sua essência: o jogo (lúdico), a festa, a criatividade, a participação voluntária, a satisfação, a felicidade, o autodesenvolvimento, a integração solidária etc. É também interessante refletir sobre as possibilidades práticas de ócio: cultural, esportiva, recreativa, turística, a partir de sua concepção e valorização através do tempo.

Sugere-se, para a compreensão do ócio, uma leitura unificada de todas estas dimensões. Cuenca (2003), orienta que o caminho disciplinar não é o melhor meio de acesso ao conhecimento sobre as possibilidades contemporâneas do ócio. Sabe-se que as disciplinas acadêmicas que aparecem hoje, como clássicas e tradicionais nas universidades, necessitam a partir do novo universo científico que a contemporaneidade configurou, convocar o olhar mais amplo para dar conta dos fenômenos humanos em contextos de complexidade, assim o caminho inter/multidisciplinar é convocado para explicar, por exemplo, o contexto complexo que envolve o fenômeno ócio na atualidade.

Os estudos sobre o ócio representam a afirmação de um modelo aberto com aproximações epistemológicas e metodológicas múltiplas, baseadas em contínuas e diversas análises, métodos e recursos de várias disciplinas que compartilham seu

objetivo de conhecimento sobre o ócio. Atualmente, falar em ócio é algo complexo e nos remete a muitas possibilidades,

[...] Para uns o problema se reduz aos usos do tempo ou ocupação. Para outros vem a ser práticas de atividades não obrigatórias, desejadas e queridas. Outros, por fim, falam do ócio a partir dos parâmetros das cifras econômicas. Os jovens entendem que viver o ócio é um direito democrático, semelhante a outros cada vez mais utópicos, como é o direito ao trabalho. Um cidadão de um país desenvolvido não saberia viver sem televisão, esporte, cultura, viagens, música moderna ou férias. O século XX desenvolveu um novo tempo social centrado no ócio, cuja transcendência está ainda, por ser descoberta (CUENCA, 2003, p. 31).

Falar em ócio obriga a ressaltar sua importância social e econômica a partir de suas práticas, atividades e vivências. Da mesma forma, sobre a incidência que sua prática tem na construção e desconstrução de valores. Certamente, deve-se estar consciente dos malefícios que uma política econômica, centrada apenas no lucro da exploração de atividades consumistas e esvaziadas de valor, fruto da ausência de uma educação para o ócio, pode levar a práticas consideradas como negativas no âmbito individual ou social:

[...] Diante do mundo de evasão, distração e espetáculo que nos rodeia, o ser humano se torna cada vez mais limitado, cada vez mais dependente das máquinas, menos ator e mais espectador de uma realidade irreal. Falar de ócio se transforma neste contexto, num questionamento de cada um consigo mesmo, de como ser um pouco mais livre para fazer o que se quer. [...] a vivência de ócio é uma experiência que nos ajuda a nos realizar, nos conhecer, nos identificar, nos sentir melhores, sair da rotina, fantasiar e recuperar o equilíbrio das frustrações e desenganos (CUENCA, 2003, p. 32).

A partir da década de 1980 os estudos de Roger Sue contribuem com a idéia de que, independente das teorias que possam existir, há uma série de funções que se manifestam como consequência da experiência de ócio.

Segundo este autor, as funções do ócio se organizam em três grupos: psicológicas, sociais e econômicas. No grupo das funções psicológicas, inclui as

funções de desenvolvimento, diversão e descanso já tratadas em Dumazedier; compreendendo que tais funções atendem, parcialmente, a compensação das perdas humanas causadas pelo trabalho, possibilitando um equilíbrio psicológico ao indivíduo. As funções sociais estariam relacionadas com a integração social, o simbolismo e a terapia. (SUE³ *apud* CUENCA, 2003)

A função simbólica sinaliza que o ócio oferece a percepção de identidade e pertencimento a uma categoria social, além de uma afirmação pessoal com relação aos demais, através da escolha de atividades de ocupação no tempo livre. A função terapêutica considera que o ócio oferece a possibilidade de contribuir para a manutenção da saúde física e mental.

Dentro do grupo das funções econômicas, ressalta-se a crescente observação de gastos pessoais e familiares com atividades de ócio, bem como a incidência deste na economia e vice-versa.

Em todas as funções indicadas por Sue, até mesmo quando convoca a socialização em referência às condições de trabalho na atualidade, à urbanização intensa e às novas formas de viver que geram um empobrecimento da comunicação interpessoal e, conseqüentemente, um isolamento, percebe-se nas abordagens do autor, o ócio como um contraponto. Isso nos remete à reflexão sobre a subjetividade envolvida na questão social posta, reforçando a idéia para uma concepção de ócio e tempo livre por seu viés subjetivo.

3. Ócio: Vivência Humanista e Experiência Integral

³ SUE, R. **Em Le Loisier**. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
Licere, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago./2008

Uma das relações mais observadas no fenômeno do ócio é atribuí-lo ao tempo. Para Cuenca (2003), o ócio jamais pode ser identificado com tempo, uma vez que o tempo, em si, não define a ação humana. A identificação que se produziu entre ócio e tempo livre é um produto dos estudos da sociologia, difundidos a partir da segunda metade do século XX e até os anos 80 do mesmo século. Tal fato dificultou a compreensão do ócio, por não incluir a percepção psicológica.

Apenas com o tempo livre não se pode falar do que seria uma experiência de ócio, apesar de o tempo constituir uma coordenada vital para qualquer ato humano. A expressão tempo livre se torna importante nesta relação pela palavra *livre* que sugere interface com o exercício humano de identidade, reconhecimento, auto-reconhecimento e vontade. A partir destes enfoques psicológicos, o ócio convoca um sentido de “liberdade de escolha” e inserção subjetiva na elaboração do tempo da experiência.

Dessa forma, o tempo e a atividade em si não podem determinar uma experiência de ócio. A ação é uma referência que, com a percepção de quem a realiza, pode ou não ser uma vivência de ócio.

[...] a vivência humanista do ócio é ou deveria ser uma experiência integral e relacionada com o sentido da vida e os valores de cada um. Isso pode ocorrer graças à formação. A pessoa formada é capaz de converter cada experiência de ócio numa experiência de encontro. Cada encontro é uma re-criação que proporciona vontade de viver (KRIEKEMANS⁴ em CUENCA, 2003 p. 63).

Infere-se então, que a vivência de ócio possibilita contextos experienciais que podem ser âmbitos para a recriação ou não. Porém, o ócio humanista se diferencia de

⁴ KRIEKEMANS, A. **La educación del empleo de los ócios em Pedagogia General**. Barcelona: Editora Herder, 1973.

outras vivências por sua capacidade de sentido e potencialidade de encontros criativos, que levam ao desenvolvimento pessoal.

Na conjuntura atual, compreender o ócio como um valor torna-se difícil sem um processo de informação. Desta forma, a compreensão do ócio humanista não é algo que se desenvolve sozinho, tratando-se, pois, de uma vivência que se desenvolve pela aquisição de conhecimentos. Quanto mais informação sobre o ócio e seus valores para a pessoa e para a sociedade, mais capacidade de compreendê-lo, buscá-lo e vivê-lo.

Reflexões Finais

Encontramo-nos entre movimentos atuais como o “Slow Food” no âmbito internacional, o “Clube do Nadismo” e a “Simplicidade voluntária” no Brasil, em que as pessoas questionam suas opções e travam lutas de cunho ecológico reivindicando para si “um tempo mais tranquilo”, um tempo elaborado com mais sentido subjetivo, autocondicionado para usar o termo de Munnè (1980).

Nesta perspectiva, surgem novos hábitos, novas formas de se viver o tempo de forma mais autônoma e de consumo mais consciente. Isso representa o ato de viver inscrevendo-se subjetivamente no tempo.

Essa idéia de tempo substitui a lógica linear e cronológica, abrindo espaço para uma compreensão, além das já postas ou pré-inscritas como numa linha de montagem ou nos desenhos de tempos e movimentos.

Para finalizar lançamos uma pergunta: queremos, nesse âmbito contemporâneo, apenas descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal/social? Parece que existem outras dimensões de nossa condição humana nesta contemporaneidade a serem

contempladas, que apesar do que já percorremos e do muito que conseguimos, fica a impressão de que os conceitos elaborados num passado recente, não respondem de forma plena às questões no presente que configuramos.

A centralidade do tempo contemporâneo, ainda no tempo de trabalho voltado para o consumo e realizações que se concretizam no âmbito do material, dá vez a um sujeito longe de sua realização subjetiva, de seu potencial criativo e satisfação intrínseca. Este cenário mantém o sujeito na busca de um tempo verdadeiramente, livre para a expressão de suas subjetividades, ainda diluídas em tempos de vazio.

REFERÊNCIAS

CUENCA, M. C. **Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio**. Documentos de Estudios de Ócio. Bilbao, n.16. Instituto de Estudios de Ócio/Universidad de Deusto, 2003.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MUNNÈ, F. **La psicología del tiempo libre**. Cidade do México: Ed. Trilla, 1980.

REQUIXA, R. As dimensões do lazer. **Caderno de Lazer SESC**, São Paulo, doc. 1, Jul. 1976.

Endereço do Autor:

José Clerton de Oliveira Martins
Av. Santos Dumont, 6915, apto. 502
Fortaleza – CE – Cep.60190-800
Endereço eletrônico: jclerton@terra.com.br